

LEI MUNICIPAL N° 1870 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023

"Institui, no âmbito do poder executivo do Município de Teixeiras, a gratificação de incentivo aos indicadores de Desempenho da Saúde Bucal, com base na Portaria GM/MS nº 960/2023."

A Câmara Municipal de Teixeiras, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, promulga e, eu Prefeito Municipal sanciono:

Art. 1º. Fica criada a gratificação por incentivo aos indicadores de Desempenho da Saúde Bucal, conforme Portaria Ministerial nº. 960/2023, destinada aos profissionais de saúde bucal vinculadas à Estratégia Saúde da Família e cofinanciadas pelo Ministério da Saúde, e aos demais servidores especificados nesta Lei.

Parágrafo único. A Gratificação a que se refere o art. 1º desta Lei, perdurará enquanto existir, em âmbito federal, o repasse de recursos para o Município de Teixeiras.

- **Art. 2º**. Farão jus à Gratificação de incentivo aos indicadores de Desempenho da Saúde Bucal, os servidores públicos ocupantes dos cargos de Coordenador(a) de saúde bucal, Cirurgião-Dentista bem como os Técnicos e Auxiliares de Saúde Bucal com registro ativo no CRO Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais.
- § 1º A Gratificação será paga de forma proporcional aos valores transferidos pelo Ministério da Saúde, sendo o repasse integral do valor recebido destinado aos trabalhadores das equipes de saúde bucal.
- § 2º A referida gratificação não será devida nos períodos de afastamentos que não configuram efetivo exercício, mediante cumprimento das metas estabelecidas pela secretaria de saúde em ato normativo interno.
- § 3° Caso não haja o repasse do Ministério da Saúde para o custeio da gratificação, o município automaticamente suspenderá o pagamento do mesmo
- § 4° Também gozarão do direito de receber o incentivo de Gratificação, os Coordenadores de Saúde Bucal.
- **Art. 3°.** A Gratificação de que trata esta Lei será paga de acordo com a metodologia de pagamento de desempenho da Portaria MS 960/2023, atingindo o valor máximo de desempenho alcançado pelo conjunto de indicadores por Equipe de Saúde Bucal (modalidade I composta por um Cirurgião-dentista, e um Auxiliar em Saúde Bucal ou Técnico em Saúde Bucal) no montante de R\$ 2.449,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais) mensais; e para a Equipe de Saúde Bucal (modalidade II -



composta por um Cirurgião-dentista, um Auxiliar em Saúde Bucal ou Técnico em Saúde Bucal e um Técnico em Saúde Bucal) no montante de R\$ 3.267,00 (três mil e duzentos e sessenta e sete reais).

- § 1º Para a distribuição dos valores transferidos pela referida portaria, será 9,10% destinado o percentual para o Coordenador de saúde bucal, 9,09% para cada Cirurgião-Dentista, e 9,09% para cada Auxiliar de Saúde Bucal; e 9,09% para cada Técnico em Saúde Bucal (quando houver), totalizando os 100% de repasse aos trabalhadores da saúde, devendo o incentivo ser distribuído igualmente entre todos os profissionais que alcançarem as metas previstas nesta lei.
- § 2º Caso sejam credenciadas novas equipes de saúde bucal, haverá uma nova distribuição de incentivos, proporcionalmente ao número de servidores, garantindo a paridade do incentivo para todos os trabalhadores da saúde bucal.
- § 3º O valor do incentivo financeiro pago aos profissionais referidos nesta Lei, será repassado na folha de pagamento do mês subsequente ao do repasse do incentivo do desempenho da saúde bucal pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, exceto neste primeiro pagamento que será retroativo ao mês de julho de 2023, conforme repasses já realizados.
- § 4º O valor do incentivo financeiro será devido à todos os profissionais que estiveram em efetivo exercício durante o período compreendido pelos repasses, mesmo que o seu vínculo com o Município já tenha se encerrado, devendo seu nome está listado na relação de controle a ser enviada ao Departamento de Recursos Humanos.
- **Art. 4º**. O acompanhamento dos indicadores de desempenho da saúde bucal das equipes de saúde bucal será de competência da Secretaria Municipal de Saúde do município de por meio do(a) Coordenador(a) Municipal de Saúde Bucal.
- § 1º O Coordenador de Saúde Bucal receberá 9,10% de incentivo de Gratificação pelo monitoramento de todas as Equipes de Saúde Bucal do Município de Teixeiras. § 2º Para o pagamento do incentivo ao Coordenador de Saúde Bucal, além das despesas oriundas da execução desta Lei, podendo o Prefeito Municipal suplementálas, caso necessário, observando-se para esse fim, o disposto na Lei Federal nº4.320/1964.
- § 3º Em caso de novo credenciamento de equipes de saúde bucal, o coordenador receberá o novo percentual que será pago a todos.
- **Art. 5°.** O pagamento do Incentivo Variável por Desempenho e Qualidade dos Serviços de Saúde de que trata esta Lei, dada a sua não habitualidade e sua natureza jurídica indenizatória, não tem natureza salarial ou remuneratória, não incorpora a remuneração do premiado para nenhum efeito jurídico, não é considerado para efeito de pagamento do 13° (décimo terceiro) salário e férias, não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde e não configura rendimento tributável ao servidor.
- Art. 6°. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias específicas constantes na legislação orçamentária em



especial vinculada ao recurso ao plano orçamentário Plano Orçamentário 0009 - Incentivo financeiro da APS - Desempenho do Ministério da Saúde.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, podendo, se necessário, ser regulamentada por meio de Decreto do Executivo.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Teixeiras, 30 de novembro de 2023.

Nivaldo Rita Prefeito Municipal

SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

Sancionei e Promulguei

Nivaldo Rita Prefeito Municipal DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

alto Rito

Declaro que em JOJIIS publiquei essa Lei no Quadro de Publicações da Prefeitura conforme dispõe o Art. 88 da Lei Orgânica

Nivaldo Rita
Prefeito Municipal

Municipal.

CERTIDÃO

Certifico que registrei essa Lei em Livro Próprio.

Solange A. A. Silva Servidor Responsável

Projeto de Lei 714/2023 aprovado pela Câmara Municipal em 28/11/2023.